



NIA

NÚCLEO
DE INVESTIGAÇÃO
ARQUEOLÓGICA

ERA
ARQUEOLOGIA

13

***A*PONTAMENTOS**

de Arqueologia e Património

SET 2019

ISSN: 2183-0924

***A*PONTAMENTOS**

de Arqueologia e Património

13

SETEMBRO

2019

Título: **Apontamentos de Arqueologia e Património**

Propriedade: **Era-Arqueologia S.A.**

Editor: **ERA Arqueologia / Núcleo de Investigação**

Arqueológica – NIA

Local de Edição: **Lisboa**

Data de Edição: **Setembro de 2019**

Volume: **13**

Capa: Imagem aérea de Santa Vitória

(Foto: José Pedro Machado)

Director: **António Carlos Valera**

ISSN: 2183-0924

Contactos e envio de originais:

antoniovalera@era-arqueologia.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

O uso do acordo ortográfico está ao critério de cada autor.

ÍNDICE

EDITORIAL	07
António Carlos Valera, Ana Catarina Basílio e Tiago do Pereiro O PROJECTO SANVIT: UM NOVO CICLO DE INVESTIGAÇÃO NO RECINTO DE SANTA VITÓRIA (CAMPO MAIOR). OS RESULTADOS DA CAMPANHA DE 2018	09
Ana Catarina Basílio e Tiago do Pereiro O SÍTIO CALCOLÍTICO DE CORTE PIORNINHO 3 (SALVADA E QUINTOS, BEJA): NOTAS SOBRE A SUA OCUPAÇÃO E INTEGRAÇÃO NA PAISAGEM PRÉ-HISTÓRICA	19
Sarah Dalton and Ethan Selby LOOM WEIGHTS FROM CHALCOLITHIC AND EARLY BRONZE AGE PERDIGÕES (ALENTEJO, PORTUGAL)	27
Lúcia Miguel A TRANSIÇÃO BRONZE FINAL – IDADE DO FERRO NA MARGEM DIREITA DO GUADIANA. O CASO DA BASE DE CABANA DA RIBEIRA DE S. PEDRO (BALEIZÃO)	35
Lúcia Miguel, Pedro Albuquerque, Lucy S. Evangelista e Marina Lourenço TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NA NECRÓPOLE SIDÉRICA DE MÉRTOLA: RESULTADOS PRELIMINARES DAS SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS	41
Nelson Cabaço, Marina Lourenço e Rodrigo Banha da Silva O COMPASSO DO ESPAÇO DE NECRÓPOLE ROMANA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO, LISBOA	47
Rui Pinheiro CASTELO DE MIRANDA DO DOURO. PRINCIPAIS DADOS DE UMA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA NUMA PRAÇA FORTE DO NORDESTE TRANSMONTANO	55
Filipe Santos Oliveira PRODUÇÃO DE CACHIMBOS DE BARRO NA RUA DAMASCENO MONTEIRO (OLARIAS DE SÃO GENS), LISBOA: UM CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO	67
Inês Simão, João Miguez e Ever Calvo TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NA RUA CAIS DO TOJO, Nº48-64, LISBOA. CONTRIBUTO PARA A EVOLUÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA LISBOETA	75
Ana Rosa INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS CONTEMPORÂNEAS NA FRENTE RIBEIRINHA DE LISBOA: O CASO DO QUEBRA-MAR IDENTIFICADO EM ALCÂNTARA	85



EDITORIAL

O “Oásis”

No início de 2019 o Complexo Arqueológico dos Perdigões foi classificado como Monumento Nacional. Trata-se do primeiro recinto de fossos a merecer esta classificação em Portugal. É o mais recente resultado de duas décadas de um programa continuado de investigação liderado pela Era Arqueologia, o qual pôs em evidência a importância e potencial científico e patrimonial do sítio, hoje reconhecido nacional e internacionalmente.

Para este desfecho contribuíram igualmente o Esporão S.A., proprietário de mais de dois terços do sítio, assim como as muitas colaborações com instituições de investigação e ensino superior portuguesas e estrangeiras e o Estado português, através de financiamentos a projectos de investigação desenvolvidos nos Perdigões.

Tendo sido reconhecido numa intervenção de minimização de impactos em 1997, o recinto dos Perdigões é hoje uma reserva arqueológica, um “laboratório” para a investigação das sociedades do 4º e 3º milénios a.C. e um caso de referência na expressão do fenómeno dos recintos de fossos na Península Ibérica.

Um exemplo que urge seguir, num tempo em que a reconversão agrícola do Alentejo está a afectar drasticamente e a um ritmo muito acelerado este e outros tipos de património arqueológico.

António Carlos Valera

CASTELO DE MIRANDA DO DOURO. PRINCIPAIS DADOS DE UMA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA NUMA PRAÇA FORTE DO NORDESTE TRANSMONTANO.

Rui Pinheiro¹

Resumo:

Este artigo tem como objetivo dar a conhecer os dados recolhidos na intervenção realizada no castelo de Miranda do Douro no âmbito do projeto "Castelos a Norte". Intervindo-se numa área de cerca de 1045 m², dividida em dois sectores distintos 1 e 2, foi nos permitido detetar parte do sistema defensivo de Miranda do Douro, desde a idade Média até à Idade Moderna.

Abstract:

Miranda do Douro castle – main data from na archaeological excavation of a stronghold in the Northeast of Trás-os-Montes.

The objective of this article is to make known the data collected in the intervention carried out in the castle of Miranda do Douro under the project "Castles up North". Intervening in an area of about 1045 m²; divided into two distinct sectors 1 and 2, we were allowed to detect part of the defensive system of Miranda do Douro from the Middle Ages to the Modern Age.

1. Introdução

A área onde decorreram os trabalhos arqueológicos está localizada no Nordeste Transmontano, distrito de Bragança, concelho de Miranda do Douro e freguesia de Miranda do Douro.

Miranda faz fronteira com Espanha (região Castilha/Leão) (Figura 1). As coordenadas de um ponto central de Miranda são: Lat: 41° 29' 48" N, Long: 6° 16' 23" W, Alt: 674M.

A intervenção arqueológica foi realizada no âmbito do empreendimento de requalificação da muralha medieval/moderna do Castelo de Miranda do Douro, sendo estes trabalhos realizados no âmbito do projeto "Castelos a Norte" (código NORTE-04-2114_FEDER-00054). Os trabalhos a realizar implicaram a afetação de áreas que poderiam apresentar potencial arqueológico, já que estes se desenvolveram na Área do Castelo de Miranda do Douro Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público -, Decreto n.º 40 361, DG, I Série, n.º 228, de 20-10-1955, Portaria de 3-06-1957, publicada no DG, II Série, n.º 185, de 9-08-1957 (com ZNA).



Figura 1 – Localização área de intervenção em Miranda do Douro.

Os trabalhos foram adjudicados à empresa ERA Arqueologia, S.A. pela Câmara Municipal de Miranda do Douro e tiveram a direção científica dos arqueólogos Rui Pinheiro, Francisco Raimundo e José Carvalho, sendo executados e acompanhados permanentemente no campo pelo signatário do presente artigo.

¹ Omnisknos, Lda. - ruipinheiro14@sapo.pt

2. Breve Resenha histórica

As origens de Miranda do Douro continuam a levantar algumas dúvidas. No entanto, segundo alguns investigadores, com base em alguns achados arqueológicos, as origens de Miranda são atribuídas a um povoado da Idade do Ferro.

Seja como for, após a conquista deste território pelos Muçulmanos estes ocupam-no por cerca de 200 anos, entre os anos de 715/716 e finais do século IX (Barroca, 2009), embora esta fosse uma zona marginal relativamente ao centro de decisão do Emirado de Córdoba.

Com Afonso III das Astúrias irá acontecer as presúrias do Porto em 868, por Vimara Peres, Chaves em 872 pelo Conde Odório e Coimbra pelo Conde Hermenegildo no ano de 872 (Barroca, 2009).

Na fase final do reinado de Afonso III, a conquista do Nordeste do atual território português tem avanços significativos com a presúria de Toro em 900, Burgo de Osma em 912 e de Zamora no ano de 893, fixando a fronteira no vale do Douro.

A conquista do espaço ocupado atualmente por Miranda do Douro não é possível de dissociar da presúria de Zamora, em 893. Podemos datá-la como posterior às presúrias do Porto e Chaves nos anos de 868-872, e antes da presúria de Zamora (Barroca, 2009).

Com a integração destes vastos territórios irá surgir uma nova organização territorial assente na criação das *Civitates*, grandes unidades territoriais dirigidas por um Conde ou *Dux* a partir de um “lugar central”, surgindo assim o castelo, estrutura eminentemente militar e grande novidade da Idade Média.

Posteriormente a esta organização territorial surge uma outra, baseada na nobreza local e no castelo românico denominadas por Terras; assim, os castelos eram denominados por cabeças-de-terras.

Os primeiros reis adotaram esta organização territorial, fortalecendo assim o seu poder. Com o passar do tempo esta veio a revelar-se ineficaz e a partir de D. Afonso III houve uma política distinta com a fundação de novas vilas urbanas, sua face mais visível.

Apesar deste novo modelo organizativo, não foi dispensada a construção de castelos. Assim é construído o castelo de Miranda do Douro, aproveitando um castelo/estrutura anterior.

Dessa forma, em 18 de dezembro de 1286, D. Dinis outorga foral de fundação à nova vila de Miranda do Douro, consumando-se assim a transferência do poder do Castelo de Algosó, cabeça-de-terra até ao momento, para o novo castelo de Miranda do Douro. Dado o facto de D. Dinis dar foral a Nova Vila de Miranda do Douro é de assumir que este sítio já teria importância estratégica relativamente a Castela,

como ponto de defesa do reino e da zona raiana em que se insere.

Em 1297, aquando do Tratado de Alcanices, tratado este que define quase em definitivo as nossas fronteiras terrestres, D. Dinis passa por Miranda do Douro e concedendo uma Carta de Privilégios. D. Fernando numa tentativa de povoar quer a região quer a vila, faz desta zona um Couto de Homiziados. Mais tarde, D. João I reforça esta intenção. Esse monarca, em agradecimento pelo apoio de Miranda à sua causa na crise de 1383/85, manda fazer vários melhoramentos locais, nomeadamente no Castelo, incluindo uma potente torre adossada à muralha da Alcáçova. Miranda é das poucas vilas transmontanas que apoiam a causa do Mestre de Avis.

No século XV, D. Afonso V manda construir a primeira casa de alfândega, ainda hoje existente, concedendo mais alguns privilégios à Vila de Miranda.

Em 1510, D. Manuel I outorga novo foral à vila de Miranda do Douro.

D. João III, em 1545 pede ao Papa Paulo III a criação de uma nova diocese no Nordeste português, escolhendo a vila de Miranda do Douro para sua sede. O papa, pela Bula Pontífice de 23 de maio de 1545, cria a diocese de Miranda. Por Carta Régia de 10 de julho de 1545, D. João III eleva Miranda a cidade concedendo-lhe o privilégio de enviar procuradores à Corte. A construção da Catedral inicia-se neste reinado.

Entre 1545 e 1640 Miranda assiste a um grande progresso económico e cultural, tornando-se assim na “capital” de Trás-os-Montes e numa importante praça militar.

Em 1640, nas Guerras da Restauração, Miranda apoia D. João IV assistindo-se, por iniciativa do conde de Mesquitela, a uma série de obras para renovação da fortaleza. Neste período existe uma série de escaramuças com Espanha, até 1668, altura de consolidação da independência.

Durante a Guerra de Sucessão de Espanha, durante o reinado de D. João V, Miranda é ocupada em 8 de Julho de 1710. Era governador da praça o general Luís Machado secundado pelo sargento-mor Carlos Pimentel. Em 11 de março de 1711 Miranda passa outra vez para mãos portuguesas.

Em meados de século XVIII, com D. José I, ao recusar-se a aderir ao Pacto de Família em 1762, Portugal vê-se envolvido na Guerra dos Sete Anos.

Assim, no decurso desta guerra, Miranda em 8 de maio de 1762 é cercada por um exército espanhol com cerca de 30000 homens, comandado pelo Marquês de Sarriá. Este bombardeia Miranda, dando-se uma enorme explosão do paiol de pólvora destruindo parte do castelo, muralhas e no casario. Nesta explosão morreu cerca de 1/3 da população de Miranda. Após esta situação gerou-se um clima de pobreza e insegurança (Mourinho, 1994).

A praça forte de Miranda é recuperada no ano seguinte por tropas portuguesas comandadas por Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumburg-Lippe, Conde de Lippe, vindo no dia 10 de novembro de 1763 a ser assinado o tratado de paz.

Em 1765, D. Frei de Aleixo de Miranda Henriques pede a transferência da sede de bispado para Bragança, o papa Clemente XIV tenta conciliar a situação criando duas dioceses, uma em Miranda e uma outra em Bragança, pela bula datada de 10-07-1770. Esta solução durou pouco tempo já que D. Miguel de Meneses, alegando a ruína e pobreza de Miranda, resignou do cargo.

Por meio de uma nova bula, em 27-10-1780, o papa Pio VI integra a diocese de Miranda na diocese de Bragança. Este fato, juntamente com a destruição de Miranda provocada pela guerra do Mirandum, em 1762, irá levar à ruína e decadência da cidade de Miranda do Douro.

Em 1780, D. Maria I ainda envia a Miranda o sargento-mor de infantaria José Champalimaud de Naussane para analisar os danos infligidos, quer às estruturas militares quer civis, e propor um plano para a sua recuperação e reconstrução.

Porém com as vicissitudes políticas do século XIX, invasões napoleónicas, fuga da corte para o Brasil, guerras civis, etc; a construção/reconstrução do novo quartel e estruturas defensivas nunca chegou a acontecer. Assim o castelo de Miranda entra num lento processo de abandono e de ruína, chegando ao século XX com importantes destruições.

Só em meados do século XX com a construção dos aproveitamentos hidroelétricos das barragens de Miranda e Picote é que a cidade de Miranda ganha um novo dinamismo.

3. A Intervenção Arqueológica: principais Dados.

Os trabalhos de escavação arqueológica realizada entre novembro de 2018 e de março de 2019 abrangeram aproximadamente 1050 m2 de área.

Após a conclusão dos trabalhos arqueológicos foi possível estabelecer a seguinte sequência estratigráfica.

3.1. Sector 1

No sector 1 foi possível estabelecer estratigraficamente 5 níveis/fases de ocupação:

- Fase 1. Esta fase identificada é da época contemporânea e é composto pelas terras escuras que compõem atualmente a superfície do espaço.
- Fase 2. Esta fase também da época contemporânea, é composto por um uma infraestrutura para condução de água, um tubo de ferro com a respetiva vala.
- Fase 3. A terceira fase diz respeito ao entulhamento/colmatação do local após o abandono da estrutura militar identificada como o

hornaveque e que podemos cronologicamente balizar entre os séculos XIX e XX.

- Fase 4. A 4ª fase diz respeito a um contexto de incêndio; identificado na sondagem 03; será provavelmente fruto da guerra do Mirandum, em 1762. Este nível pode ser datado com alguma segurança de finais do século XVIII.
- Fase 5. Esta fase diz respeito, quer à estrutura construída em terra/argamassa compactada, posta a descoberto na sondagem 01, quer ao nível de circulação posto a descoberto nas sondagens 02 e 03. Quer esta estrutura quer os níveis de circulação foram interpretados como fazendo parte do hornaveque que existia no local sendo a sua cronologia do século XVIII.

3.2. Sector 2

No sector 2 foram possíveis identificar 9 fases de ocupação/abandono:

- Fase 1. Esta fase, da época contemporânea, corresponde à implantação de um tubo de ferro para condução de água e respetiva vala de implantação.
- Fase 2. Corresponde às terras escura, agricultadas no século XX.
- Fase 3. Também da época contemporânea, corresponde à construção dos muros em pedra seca que permitiram a construção do espaço ocupado pelas leiras existentes no local.
- Fase 4, corresponde a uma série de aterros constituídos por vários sedimentos e por vários derrubes; uns por ruína natural outros fruto da Guerra do Mirandum em 1762, podendo ser datados de finais do século XVIII e século XIX.
- Fase 5. Esta fase corresponde à construção de diversas estruturas para adaptar o castelo de Miranda do Douro ao uso de armas de fogo. Cronologicamente, podemos balizar este nível entre os séculos XVII/XVIII.
- Fase 6. Corresponde à construção da estrutura em pedras seca e ao sedimento sob esta estrutura; corresponderá à 1ª tentativa de construção de uma bancada de tiro?; Podemos balizá-la entre os séculos XVI e XVII.
- Fase 7. Corresponde à construção, na segunda metade do século XV, da estrutura onde estão abertas as troneiras e estruturas coetâneas. A esta fase corresponde a reformulação verificada na muralha medieval.
- Fase 8. Este nível de ocupação corresponde à construção da barbaça, à porta de acesso ao

interior da liça, ao “vestíbulo”, e à reformulação verificada na área intramuros no extremo Oeste da sondagem 04. Podemos datar esta fase da 1ª metade do século XV.

- Fase 9. Corresponde à construção da cerca medieval e respetiva torre de menagem.

4. As estruturas militares

As estruturas militares postas a descoberto nesta intervenção arqueológica foram, no sector 1, uma estrutura construída em terra/argamassa compactada e o nível de circulação posto a descoberto nas sondagens 02 e 03. Estes contextos foram interpretados como fazendo parte do hornaveque que existia no local sendo a sua cronologia do século XVIII (Figura 2).

No sector 2, bastante mais profícuo em dados arqueológicos, foi possível por várias estruturas militares à vista.

Com a retirada dos níveis superficiais começou-se a pôr a descoberto, no limite Sul da área da escavação, uma estrutura, unidade [410], interpretada como uma bancada de tiro. Já na planta realizada no dia 12 de maio de 1762 por parte dos Espanhóis esta zona aparece referenciada como uma bateria de defesa do hornaveque. Esta bancada de tiro apresenta uma orientação aproximada de E-W e é constituída por alvenaria de pedra aparelhada tendo como ligante uma argamassa de barro e cal. A bancada de tiro é de 50,40m de comprimento e 1m de largura, apresentando uma altura máxima conservada de 3,30m. Esta bancada inclui uns pequenos e sucessivos orifícios de 3,25m em 3,25m, sendo a sua dimensão de 20cmx20cm. Estes orifícios serviriam para o disparo de armas de fogo. Esta estrutura deverá ter sido construída entre meados do século XVII e meados do século XVIII, notando-se que é uma construção cuidada, provavelmente feita num período de acalmia em termos militares (Figuras 3 e 4).

Esta estrutura sofreu uma reformulação na sua zona Oeste, unidade [471], em que se nota um rearranjo da bancada de tiro, notando-se que esta obra foi menos cuidada do que a construção da própria bancada de tiro. Terá sido este feito já num período de guerra ou de instabilidade?

Com a escavação da unidade [416], constituída por terra de coloração castanha clara e compacta, último sedimento a encostar à bancada de tiro, pôs-se à mostra uma outra estrutura, unidade [430], construída por alvenaria de pedra aparelhada de pequena e média dimensão. Esta estrutura é constituída por aparelho inosso que não tem nenhum tipo de argamassa como ligante e é paralela à muralha medieval. Esta estrutura tem 38,20m de comprimento, 1,30m de largura tendo como altura máxima conservada de 1,10m. O embasamento desta estrutura é feito por uma pequena camada de argamassa de cal e saibro. A sua funcionalidade não foi possível de aferir, nem a sua existência se encontra referenciada em qualquer planta por nós consultada, mas muito provavelmente terá sido uma adaptação, nesta zona

do Castelo de Miranda do Douro, ao uso da pirobalística. Terá sido uma primeira bancada de tiro?



Figura 2 – Vista sobre o nível de empedrado. Plano final.



Figura 3 – Bancada de tiro. Perspetiva de NE.



Figura 4 – Pormenor do alçado e dos orifícios para disparo de armas de fogo.

Entre estas duas estruturas, unidades [410] e [430], temos umas pedras fincadas [427] que foram primeiramente interpretadas como um mero derrube. Após o começo do desmonte de tal “derrube” é que nos foi possível aperceber, que estas pedras fincadas constituem parte do próprio sistema defensivo da bancada de tiro. Este conjunto de pedras fincadas/imbricadas serviam para evitar os ataques da infantaria inimiga, quer o escalonamento por parte desta, à bancada de tiro. A concentração destas pedras fincadas tornava praticamente impossível a circulação de pessoas ou o uso de escadas para o escalonamento da própria bancada de tiro (Figuras 5 e 6).

Após a retirada da unidade [415] definiu-se o topo da unidade [425], sedimento de coloração castanha, heterogénea. Este sedimento está sob o muro de pedra seca, unidade [430], e cobre quer o substrato geológico [434], quer a vala de fundação da muralha medieval, quer o enchimento de dois buracos de poste.

A unidade [425] apoia-se em duas estruturas identificadas com as unidades [443] e [444]. A unidade [443] é um arranque de um muro, que corta a muralha de cronologia medieval. Esta é constituída por alvenaria de silhares aparelhados, com marca de canteiro e argamassados com um ligante de cal e de coloração esbranquiçada. Associado a esta estrutura temos um lajeado/empedrado construído por lajetas de pequena e média dimensão. Quer este lajeado quer a estrutura serão provavelmente obra de D. João I, quando este promoveu melhoramentos na praça-forte de Miranda do Douro pelo apoio que esta praça deu ao mestre aquando da crise de 1383/1385 (Figura 7).

Do enchimento, unidade [431], da vala de fundação da muralha [413], para além da amostra de sedimento recolheram-se alguns fragmentos de cerâmica comum de cronologia medieval. O interface vertical de abertura da vala, UE [432], tem um perfil em “U”, sendo paralelo à própria muralha.

Próximo da vala de fundação da muralha definiu-se o topo do enchimento de dois buracos de poste, unidade [433]. Estes dois interfaces verticais de boca ovalada, unidades [435] e [436], têm cerca de 1,10m de diâmetro e uma profundidade que varia entre os 18cm e os 30cm. Estes buracos de poste, pela sua dimensão e localização, fizeram muito provavelmente parte de um sistema de elevação para a construção da própria muralha. Com a deteção destas realidades, optou-se por uma escavação parcial desta realidade, a unidade [425], 10m a contar do corte. Este, deixando-se o restante da área em reserva científica.

O troço de muralha, de cronologia medieval, tem 65,5m de comprimento, 2,90m de largura e uma altura máxima conservada no alçado interno de 1,85m, sendo que no alçado externo apresenta cerca de 1,75m. O aparelho da muralha é pseudo-isómodo, embora esta tenha aparelho em “cotovelo”, quer no paramento interno quer no paramento externo. Neste último também se inclui alvenaria com “rolhas”. O interior da muralha é preenchido com pedra aparelhada de tamanho variável e argila misturada com

terra, tendo esta mistura uma coloração avermelhada. No alçado interno existem vestígios da escada que dava acesso ao adarve, nomeadamente três degraus (Figuras 8 a 12).



Figura 5 – Vista sobre o muro de pedra seca. UE 430 e sobre a unidade 427; pedras fincadas.



Figura 6 – Vista superior sobre as pedras fincadas. UE 427..

A existência destes dois tipos de aparelho, “cotovelos” e “rolhas”, indicam-nos que a sua construção desta poderá ser anterior à fundação Dionisina, pelo menos para alguns trechos da muralha. Segundo Barroca (2009) esta

melhoria/evolução do aparelho de construção, afastando-se progressivamente do aparelho pré-românico, evitando o aparelho com cotovelos muito pronunciados, uma maior regularização deste pode-se designar por aparelho Proto-Românico. Nesta fase também vamos assistir a uma maior complexificação da arquitetura do próprio castelo, começando estes a adotar torreões para flanqueamento dos seus próprios muros. Os castelos de iniciativa local, de construção assumida pelas populações, tendem a desaparecer. Esta mudança, segundo Barroca (2009) acontece em meados do século XI, prolongando-se até ao século XII. Assim, com os vestígios arqueológicos que temos, poderemos datar, pelo menos em alguns trechos, a fundação da muralha em finais do século XI inícios do XII. Do lado exterior à muralha, zona extramuros, após a remoção da unidade [408] pusemos à mostra o sedimento [412] que cobria os derrubes localizados nessa mesma zona. Estes, unidades [422], [423] e [424], correspondem a momentos e ações diferentes.



Figura 7 – Vista sobre reformulações da 1ª metade do século XV. Unidades 443 e 444.



Figura 8 – Zona intramuros. Vista de SW. Alçado Sul da muralha.

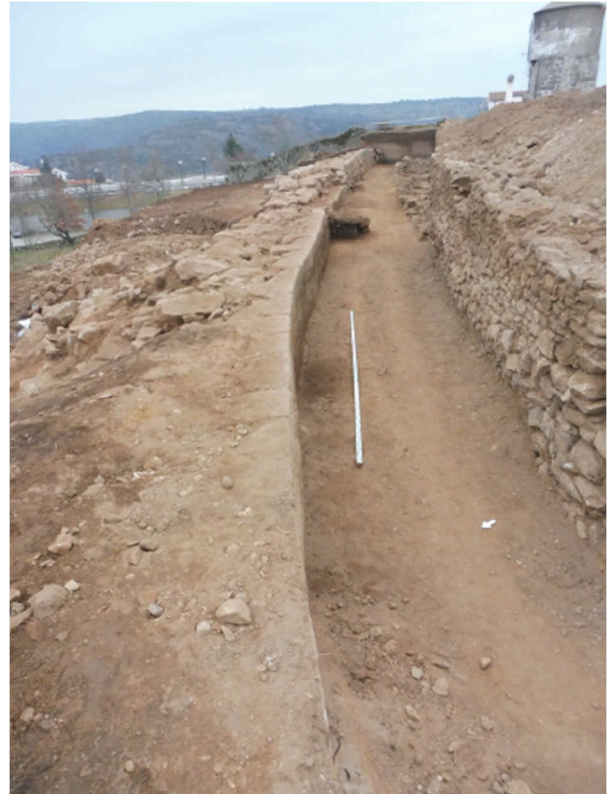


Figura 9 – Muralha medieval. Vista W-E.



Figura 10 – Escadas de acesso ao adarve.

O derrube identificado como unidade [422] parece-nos fruto da ruína/abandono da própria estrutura defensiva/muralha já que as pedras que o compõem têm uma pendente natural. Pela disposição das pedras, a unidade [423] dá-nos a sensação que ser fruto do saque/retirada de pedras do local para a construção de edifícios em diferentes locais da cidade de Miranda do Douro. A unidade estratigráfica identificada pela unidade [424], derrube constituído por alvenaria de silhares aparelhados, ainda tinha “in situ” as aduelas que compunham o arco da porta que dava acesso à liça, área situada entre a muralha e a barbacã; este derrube era envolto num sedimento de coloração esbranquiçada com

vestígios de cal e argamassas. A sua formação deverá, muito provavelmente, resultar da destruição causada pelo exército Espanhol na Guerra do Miradum, em 1762. Dos derrubes identificados com as unidades [422] e [423] recolheram-se vários silhares com aparelho pré-românico e silhares siglados dos quais se fez o devido levantamento (Figuras 13 e 14).



Figura 11 – Aparelho “pré-românico” ou “proto-românico”.



Figura 12 – Alçado externo com aparelho tipo “rolhas”.



Figura 13 – Vista aérea sobre os derrubes identificados com as unidades 422, 423 e 424.

Sob os derrubes identificados com as unidades [422] e [423], situados na zona da liça, escavou-se um sedimento de coloração acinzentada, de matriz arenosa heterogênea, à qual foi atribuída a unidade [426]. Esta cobria quer o empedrado [442] que compõe a liça quer a estrutura identificada como sendo a barbacã [456].

O empedrado, constituído por pedra aparelhada e seixos, tem marcas de rodado, sendo sobretudo evidentes junto à porta de acesso ao interior da liça, notando-se no seu percurso vestígios de marcas dos seus rearranjos (Figura 15).

A barbacã foi construída parcialmente sobre uma outra possível estrutura mais antiga, UE [472], embora não nos tenha sido possível definir a sua morfologia, funcionalidade ou cronologia. O derrube identificado pela unidade [424] cobre um sedimento [457] de coloração esbranquiçada e matriz arenosa, seguramente integrante do mesmo momento de destruição provocado pelo episódio da Guerra do Miradum em 1762 (Figura 16).

Destas unidades [424] e [457] recolheram-se vários fragmentos de cornija e alguns fragmentos de um balcão. Estas duas unidades; [424] e [457] cobrem quer a porta de acesso à liça e a continuação do caminho/empedrado para o exterior desta, quer enche um “vestíbulo” situado no exterior da liça e que lhe daria acesso.

Da porta [464] está conservada a ombreira Norte, a soleira sobrelevada para controlo dos veículos, o corte no substrato geológico para construção da ombreira Sul e os dois “gongos” em ferro das portas de madeira. Estas teriam cerca de 1,40m de largura cada uma. Os dois muros, Sul e Norte, que compõem a parede onde a porta estaria construída são construídos por alvenaria de silhares aparelhados, sendo o seu interior cheio por pedra aparelhada argamassada com um ligante de cal. O comprimento máximo desta estrutura é de 8,90m, a largura máxima conservada é de 1,35m, e a altura máxima é de 1,07m. O muro situado a Norte da porta está mais bem conservado do que aquele localizado a Sul. A distância entre gongos é de 2,80m (Figuras 17 e 18).



Figura 14 – Silhares siglados e com aparelho protoromânico recolhidos nos derrubes identificados com as unidades 422 e 423.



Figura 15 – Empedrado localizado no interior da liça. UE 442. Vista de Noroeste..



Figura 18 – Perspetiva interior sobre a porta de acesso ao interior da liça..



Figura 16 – Perspetiva sobre o muro da Barbacã tirada de Este.



Figura 19 – Vista sobre o “vestíbulo”, rebaixamento no geológico e empedrado. Unidades 466, 473 e 465.



Figura 17 – Pormenor da porta de acesso à l.



Figura 20 – UE 462. Perspetiva S-N. 2ª metade do século XV..

O caminho exterior à estrutura anteriormente descrita é a continuação do empedrado localizado no interior da liça, sendo este parcialmente talhado no substrato geológico ou construído por pedra aparelhada e seixos [465]. Nesta zona, devido à forte inclinação/pendente do terreno, as marcas de rodado são bastante profundas/vincadas. Este caminho é ladeado por um corte no substrato geológico, unidade [466], formando este um pequeno “vestíbulo” no exterior da porta de acesso ao interior da liça (Figura 19). Entre este “vestíbulo” e a muralha existe um pequeno rebaixamento no substrato geológico, unidade [473], que nos parece de origem antrópica e que serviria para melhorar a defesa da própria muralha.

A Oeste do “vestíbulo” e do caminho anteriormente descrito exumaram-se quatro estruturas que fazem parte do sistema defensivo de Miranda do Douro. Três destas estruturas podemos datá-las do fim da Idade Média/Idade Moderna, sendo uma quarta de provável cronologia medieval. As estruturas identificadas com as unidades [460] e [462] formam uma pequena porta/passagem. O muro/estrutura com a unidade [460], com uma orientação S_N, aproximadamente, é construído por alvenaria de silhares aparelhados, tendo como ligante uma argamassa de cal e saibro. O interior/miolo da estrutura é constituído por pedra aparelhada. Tem como comprimento máximo 1,40m, 1,25m de largura e como altura máxima conservada 0,50m. Este elemento é o cunhal da estrutura onde estão abertas as troneiras localizadas a NW da sondagem.

A estrutura identificada com a unidade estratigráfica [462], provavelmente coetânea da estrutura anteriormente descrita, tem uma orientação aproximada S-N. Notando-se ainda o seu embasamento, é constituída por alvenaria de silhares aparelhados, sendo o seu interior preenchido com pedra aparelhada e tendo como ligante uma argamassa de cal. Esta estrutura corta a muralha, quer a de cronologia medieval quer a sua reformulação da 1ª metade do século XV, obra de D. João I (Figura 20).

Associadas a estas duas estruturas temos um nível de circulação argamassado com cal [470] e um pequeno derrube constituído por pedras aparelhadas e argamassas de cal [461]. Este derrube cobria a unidade [453], um sedimento de coloração castanha avermelhada de matriz areno-argilosa.

Estas duas estruturas [460] [462] e a porta formada por elas, podem ser datadas da 2ª metade do século XV num contexto de adaptação do castelo de Miranda do Douro às novas artes de fazer a guerra. Com a construção das duas últimas estruturas a própria muralha medieval sofreu uma reformulação, unidade [469].

Posteriormente a esta reformulação, na Idade Moderna, é adossada uma outra estrutura, UE [451], constituída por alvenaria de pedra aparelhada tendo como ligante uma argamassa de cal e saibro. Esta estrutura tem 6,80m de comprimento, 1,35m de largura máxima e 40cm de altura conservada. Este muro/estrutura não está representado em nenhuma planta por nós consultada, mas seguramente faria



Figura 21 - Reformulação da muralha da 2ª metade do século XV e estrutura; unidade 451, adossada a esta mesma reformulação.



Figura 22 – Embasamento da Torre de Menagem?

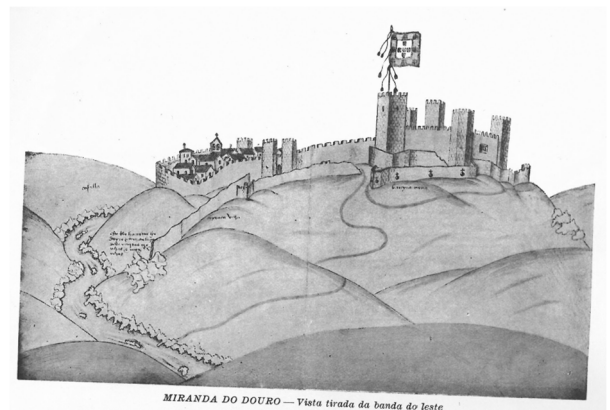


Figura 23 – Vista sobre de Leste e Norte sobre Miranda do Douro executada por Duarte de Armas em 1509, prancha 83. Vê-se as portas de S. António, respetiva barbacã, a parede onde estão abertas as troneiras, o castelo com as suas torres e a couraça que permitia o acesso ao rio.

parte da fortaleza/castelo de Miranda do Douro, durante a Idade Moderna. A cobrir estas estruturas/unidades [460], [462], [451], [453] e [447] tínhamos um sedimento de

coloração esbranquiçada, com pedras de pequeno calibre [438] (Figura 21).

A unidade [447], sedimento de coloração castanha, castanha esbranquiçada de matriz arenosa, enche um interface vertical, [448], de função desconhecida. Este interface vertical corta quer o sedimento identificado com a UE [453] quer a estrutura/embasamento à qual lhe foi atribuída a unidade [458]. O espólio recolhido deste enchimento consistia de alguns fragmentos de telha “marselha” (Figura 21).

A estrutura/embasamento identificado com a unidade [458], embora não lhe possamos atribuir com segurança uma cronologia e funcionalidade, está no extremo Oeste da sondagem, prologando-se para lá desta. Sabemos que é anterior à reformulação feita na muralha [469] na segunda metade do século XV. Conjugando este dado, com as plantas existentes podemos lançar a hipótese de que esta estrutura/embasamento poderá ter feito parte da Torre de Menagem (Figuras 22 a 29).

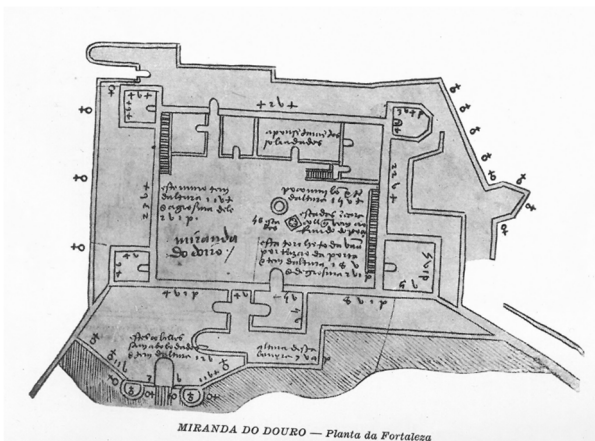


Figura 24 – Planta do castelo de Miranda do Douro desenhado pelo Duarte de Armas.



Figura 25 – Vista aérea sobre a área escavada no dia 4 de março de 2019.



Figura 26 – Perspetiva sobre a área intramuros. Vista SW-NE.



Figura 27 – Zona extramuros. Perspetiva NW-SE.



Figura 28 – Liça, muralha, bancada de tiro e alcáçova. Vista de NW.

5. Conclusões

Os resultados da intervenção arqueológica efetuada no Castelo de Miranda do Douro, proporcionou a recolha de um importante conjunto de informações relativo à estratigrafia e às estruturas presentes no local, de grande valor histórico, arqueológico e museológico para a cidade de Miranda do Douro.

O principal dado arqueológico consistiu na identificação e escavação de um troço da muralha medieval, com cerca de 65,5m de comprimento por 2,90m de largura e 1,85m de altura conservada. Associado a este trecho de muralha temos a evolução/adaptação do castelo medieval às novas formas de fazer a arte da guerra.

Da primeira metade do século XV temos a construção da barbacã e reformulação de todo o se espaço envolvente, reformulação promovida por D. João I. Da segunda metade do mesmo século temos a construção da estrutura onde estão abertas as troneiras e estruturas anexas.

Do século XVI ao século XVIII temos a construção/edificação de várias estruturas para adaptação do castelo de Miranda a uma fortaleza da idade moderna.

Por fim temos uma série de derrubes, pós-Guerra de Mirandum, 1762, e uma série de aterros/nivelamentos que testemunham a ruína e o abandono de Miranda como grande praça-forte do Nordeste transmontano.

Com a obtenção e apresentação destes dados esperamos poder ter contribuído para a história de Miranda do Douro e para a arqueologia/arquitetura militar do período medieval/moderno português.

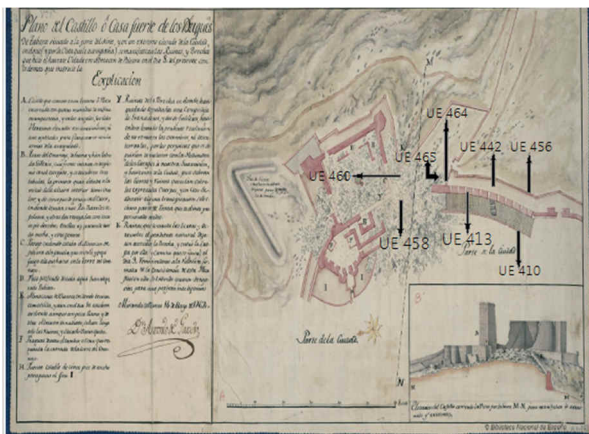


Figura 29 – Plano do castelo executado pelos espanhóis no dia 14 de Maio de 1762. Identificação no plano das estruturas postas a descobertas na intervenção arqueológica.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Fortunato de – *História da igreja em Portugal*, Porto, 1968, Vol. 4, p.230.
- ALMEIDA, M. et al. (2001), *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa, Instituto Português de Museus.
- ALVES, F.M. (2000), *Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança*, Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museu, Museu do Abade Baçal, Bragança.
- BARROCA, M.J. (2000), "Castelo de Miranda do Douro", *Do Douro Internacional ao Cão. As raízes de uma fronteira*, CD-ROM. Porto, 2000.
- BARROCA, M.J. (2003), *Nova História Militar de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa.
- BARROCA, M.J. (2008-2009), "De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquitetura militar e Testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira", *Portugália*, Nova Série, Vol. XXIX-XXX, p.193-252.
- CALADO, R. S.; LIMA, M.G. (2005), *Faiança Portuguesa, Roteiro Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa, Instituto Português de Museus, 2005.
- COSTA, A.C. da (1706-1712), *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal*, Lisboa.
- FERNANDES, H.P. (1996), *Bibliografia do Distrito de Bragança*, Série Documentos (textos) Publicados, 569-1950. Instituto Politécnico de Bragança, Câmara Municipal de Bragança, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança, Bragança.
- FERREIRA, C.P. (2006), *A Sé Catedral de Miranda do Douro*, Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra.
- GOMES, A. (2007), *Moedas Portuguesas e do Território que hoje é Portugal*, Lisboa, Associação Numismática de Portugal, 5ª Edição.
- GOMES, P.D. (1993), *A arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- GOMES, P.D. (1993), "O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho", *Arqueologia Medieval*, n.º 2, p.171-190.
- GOMES, R.C. (2003), *Castelos da Raia*, Vol. II, Trás-os-Monte, Lisboa.
- IMPEY, O. R. (1992), *Cerâmica do Extremo Oriente*. Casa Museu Guerra Junqueiro, Porto, C.M.P Divisão de Museus.
- JACOB, J. (2000), "Miranda do Douro, uma visão diacrónica", *Estudos Mirandeses*, Porto, 2000, p.237-240.
- MENÉNDEZ, J.J.A. (2008), *Actas das sessões. Fórum de valorização e Promoção do Património*, Editor ACDR, Porto, p.46-49.
- MOURINHO, A.M. (1994), *Guerra dos sete anos ou guerra do Mirandum*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, Miranda do Douro.
- MOURINHO, A.R. (1995), *Arquitetura religiosa da diocese de Miranda do Douro-Bragança*, Edição do autor, Sendim.
- MONTEIRO, J.G. (1999), *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Coimbra.
- MONTEIRO, P.M.L. (2002), *Guias Temáticos - Castelos Portugueses*, IPPAR, Lisboa.
- MENDES, J.M.A. (1985), "Trás-os-Montes nos finais do século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)", *Revista Estudos Contemporâneos*, 2ª Edição, Instituto Politécnico de Bragança.
- NOÉ, P. (2014), *Guia de Inventário - Fortificações Medievais e Modernas*, Editor IHRU, IP, Sacavém.
- NUNES, A.P. (2013), *Castelos Templários Raianos. Castelos de Portugal*. Jornadas Templárias de Penha Garcia. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2013.
- OLIVEIRA, A.M. (2015), *Castelo de Outeiro, um marco na fronteira transmontana*. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia, FLUP, Porto.
- LEMOS, F.S. (1993), *O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, Universidade do Minho, Braga (dissertação de doutoramento).
- LIMA, A.M.C. (2013), "Fortificações e vias de comunicação no curso terminal do Douro (Séculos IX-XI)" *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*, Vol. I, Edições Colibri & Campo Arqueológico de Mértola, Lisboa, p. 183-198.
- OLIVEIRA, A. L. (1971), *Miranda na geografia, história e tradição*, Viana do Castelo.
- PALMEIRÃO, C. (1994), *Os Forais de Miranda: 1286-1510*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, Miranda do Douro.

- PIZARRO, J. (2005), *D. Dinis*, Círculo de Leitores, Lisboa.
- RODRIGUES, M. (1988), *Relatório da escavação arqueológica do castelo de Miranda do Douro*, Porto.
- VAZ, E., (2008), *A morfologia da cidade. A evolução urbana de Miranda do Douro no espaço e no tempo*, Centro de Estudos António Maria Mourinho, Tipalto-Palacoulo, Miranda do Douro.
- VERDELHO, P. (2000), *Roteiro dos castelos de Trás-os-Montes*. Chaves, 2000.
- VITERBO, F.M. de S. (1988), *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Lisboa.

FONTES

- ARMAS, Duarte de (2006), *Livro das Fortalezas*, (Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco), Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 3.ª Edição, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Edições Inapa, Lisboa.
- BARROS, João de (1919), *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Biblioteca Pública Municipal Porto.

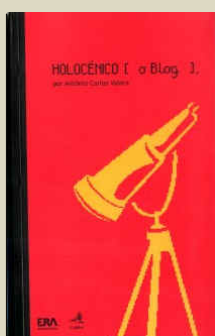
OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ERA ARQUEOLOGIA

Série ERA Arqueologia

Oito volumes publicados entre 2000 e 2008



Livro de fotografias de Manuel Ribeiro sobre os moinhos de água de Alqueva

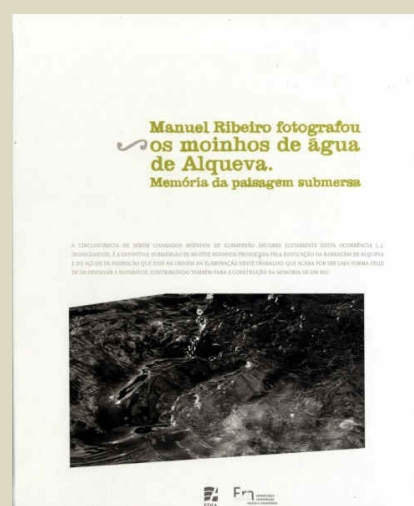
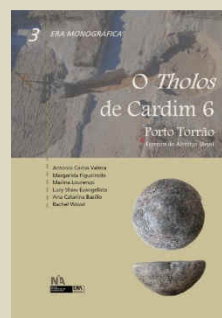
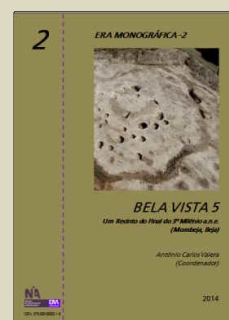
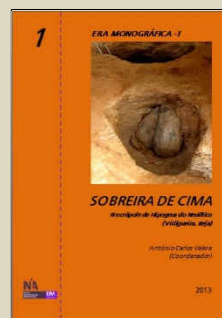


“Holocénico [o blog]” de António Valera

Textos sobre produção de conhecimento, património, arqueologia e o seu ensino e profissão.

Série ERA Monográfica

Três volumes publicados



ERA Arqueologia S.A.
Calçada de Santa Catarina, 9C
1495-705 Cruz Quebrada
- Dafundo

www.era-arqueologia.pt
geral@era-arqueologia.pt
nia@era-arqueologia.pt